



**DCTA** – Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial

CONCURSO PÚBLICO

## **031. PROVA OBJETIVA**

**ANALISTA EM C&T JÚNIOR  
(SEGURANÇA DO TRABALHO)**

CÓD. 043

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 70 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida a metade do tempo de duração da prova, entregando ao fiscal a folha de respostas, este caderno e o rascunho do gabarito de sua carteira.
- ◆ Após transcorridos 75% do tempo de duração da prova ou ao seu final, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, e poderá, neste caso, levar o rascunho do gabarito localizado em sua carteira.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **10**.

O humor deve visar à crítica, não à graça, ensinou Chico Anysio, o humorista popular. E disse isso quando lhe solicitaram considerar o estado atual do riso brasileiro. Nos últimos anos de vida, o escritor contribuía para o cômico apenas em sua porção de ator, impedido pela televisão brasileira de produzir textos. E o que ele dizia sobre a risada ajuda a entender a acomodação de muitos humoristas contemporâneos. Porque, quando eles humilham aqueles julgados inferiores, os pobres, os analfabetos, os negros, os nordestinos, todos os oprimidos que parece fácil espezinhar, não funcionam bem como humoristas. O humor deve ser o oposto disto, uma restauração do que é justo, para a qual desancar aqueles em condições piores do que as suas não vale. Rimos, isso sim, do superior, do arrogante, daquele que rouba nosso lugar social.

O curioso é perceber como o Brasil de muito tempo atrás sabia disso, e o ensinava por meio de uma imprensa ocupada em ferir a brutal desigualdade entre os seres e as classes. Ao percorrer o extenso volume da *História da Caricatura Brasileira* (Gala Edições), compreendemos que tal humor primitivo não praticava um rosário de ofensas pessoais. Naqueles dias, humor parecia ser apenas, e necessariamente, a virulência em relação aos modos opressivos do poder.

A amplitude dessa obra é inédita. Saem da obscuridade os nomes que sucederam ao mais aclamado dos artistas a produzir arte naquele Brasil, Angelo Agostini. Corcundas magros, corcundas gordos, corcovas com cabeça de burro, todos esses seres compostos em aspecto polimórfico, com expressivo valor gráfico, eram os responsáveis por ilustrar a subserviência a estender-se pela Corte Imperial. Contra a escravidão, o comodismo dos bem-postos e dos covardes imperialistas, esses artistas operavam seu espírito crítico em jornais de todos os cantos do País.

(*Carta Capital*.13.02.2013. Adaptado)

**01.** De acordo com o texto, o humorista Chico Anysio

- (A) desistiu de promover o riso no Brasil porque o público deixou de se divertir com o tipo de humor que ele praticava.
- (B) insistiu em dedicar-se à interpretação, contrariando as determinações dos proprietários da televisão brasileira.
- (C) concebeu um tipo de humor endereçado, que realçava as particularidades das pessoas com as quais se incompatibilizava.
- (D) abriu possibilidades aos humoristas mais jovens, que exploraram os temas que ele selecionava para produzir o riso.
- (E) criou um estilo de provocar o humor, segundo o qual o riso deveria cumprir, antes de tudo, uma função contestatória.

**02.** De acordo com o texto, é correto afirmar que os humoristas contemporâneos

- (A) desvirtuam o sentido do humor, quando se dedicam a criticar os traços das classes subalternas.
- (B) defendem um tipo de humor voltado para a ênfase no desequilíbrio entre os segmentos sociais.
- (C) manifestam uma tendência em ressaltar os tipos sociais que transgridem as regras da boa convivência.
- (D) criticam, indiscriminadamente, todos os que compõem a estrutura da sociedade e tornam-se, por isso, transgressores.
- (E) transformam-se em artistas quando concebem um tipo de humor refinado, com finalidades estéticas.

**03.** Lendo-se a frase – O humor deve ser uma restauração do que é justo, para a qual desancar aqueles em condições piores do que as suas não vale. –, conclui-se que o humor

- (A) disputa com outras formas artísticas a possibilidade de promover uma redenção dos males sociais.
- (B) deve primar por um senso de justiça e por isso não se recomenda atingir os menos favorecidos.
- (C) busca amenizar os momentos de agrura por que passam as pessoas, sobretudo as mais humildes.
- (D) aguça nas pessoas a capacidade de superar todos os tipos de crítica com que normalmente têm de conviver.
- (E) defende o modo como se organizam as classes sociais, de acordo com o lugar que ocupam na sociedade.

**04.** O humor primitivo na época do Brasil Imperial

- (A) procurava retratar, sem distinção, os costumes e o estilo de vida dos brasileiros.
- (B) caracterizava-se por apontar o conformismo dos que apoiavam o poder.
- (C) centrava-se na crítica às pessoas com o intuito de corrigir falhas de caráter.
- (D) colocava as finalidades humorísticas a serviço da ordem estabelecida.
- (E) reinventava-se sempre que tivesse de camuflar a ação da censura.

05. Segundo o texto, corcundas magros e gordos, corcovas com cabeça de burro
- (A) adquiriram valor moral e defendiam a preservação do regime imperial.
  - (B) levantavam protestos por parte dos caricaturistas espalhados pelo País.
  - (C) eram criações expressivas e denunciavam o imobilismo da classe dominante.
  - (D) ilustravam as dificuldades na concepção das caricaturas no Brasil Imperial.
  - (E) mostravam uma afinidade entre o momento histórico e a criação artística.
06. No trecho – E o que ele dizia **sobre a** risada ajuda a entender a acomodação de muitos humoristas contemporâneos. Porque, quando eles humilham aqueles julgados inferiores, **que** parece fácil espezinhar, não funcionam bem como humoristas. – as expressões em destaque, estão correta e respectivamente substituídas, por
- (A) em relação à ... os quais
  - (B) referente a ... dos quais
  - (C) em matéria de ... nos quais
  - (D) de acordo com ... pelos quais
  - (E) em respeito a ... dos quais
07. Assinale a alternativa que reescreve corretamente, de acordo com a modalidade-padrão, a frase – O humor deve visar à crítica, não à graça e deve ser o oposto da chacota.
- (A) O humor deve aspirar a crítica, não a graça e deve se opor a chacota.
  - (B) O humor deve pretender à crítica, não à graça e deve se opor na chacota.
  - (C) O humor deve atingir à crítica, não a graça e deve se opor a chacota.
  - (D) O humor deve alcançar à crítica, não à graça e deve se opor à chacota.
  - (E) O humor deve almejar a crítica, não a graça e deve se opor à chacota.
08. Assinale a alternativa que reescreve, de acordo com a concordância e a pontuação, a frase – Saem da obscuridade os nomes que sucederam ao mais aclamado dos artistas a produzir arte naquele Brasil, Angelo Agostini.
- (A) Desponta da obscuridade os nomes que sucederam ao mais aclamado dos artistas que produzia arte naquele Brasil – Angelo Agostini.
  - (B) Aparece da obscuridade os nomes que sucederam ao mais aclamado dos artistas que produziu arte naquele Brasil, Angelo Agostini.
  - (C) Surgem da obscuridade os nomes que sucederam ao mais aclamado dos artistas que produziram arte naquele Brasil: Angelo Agostini.
  - (D) Irrompe da obscuridade os nomes que sucederam ao mais aclamado dos artistas que produziram arte naquele Brasil, Angelo Agostini.
  - (E) Emergem da obscuridade os nomes que sucederam ao mais aclamado dos artistas que produzira arte naquele Brasil, Angelo Agostini.
09. Na frase – ... compreendemos que tal humor primitivo não praticava um rosário de ofensas pessoais. –, observa-se emprego de expressão com sentido figurado, o que ocorre também em:
- (A) O livro sobre a história da caricatura estabelece marcos inaugurais em relação a essa arte.
  - (B) O trabalho do caricaturista pareceu tão importante a seus contemporâneos que recebeu o nome de “nova invenção artística.”
  - (C) Manoel de Araújo Porto-Alegre foi o primeiro profissional dessa arte e o primeiro a produzir caricaturas no Brasil.
  - (D) O jornal alternativo em 1834 zunia às orelhas de todos e atacava esta ou aquela personagem da Corte.
  - (E) O livro sobre a arte caricatural respeita cronologicamente os acontecimentos da história brasileira, suas temáticas políticas e sociais.

10. A frase – O humor deve ser uma restauração da justiça e desancar os inferiores não vale. – está corretamente reescrita, de acordo com o sentido, em
- (A) O humor deve ser um restabelecimento da justiça e destratar os inferiores não é lícito.
- (B) O humor deve ser uma simulação da justiça e contrariar os inferiores não é inconcebível.
- (C) O humor deve ser um subterfúgio da justiça e caçoar dos inferiores não é impraticável.
- (D) O humor deve ser uma sustentação da justiça e enganar os inferiores não é inoportuno.
- (E) O humor deve ser uma submissão da justiça e subestimar os inferiores não é inconveniente.

Observe a figura.



(www.google.com.br)

11. Sobre a caricatura, criada por Aurélio Figueiredo, para a revista *A Comédia Social*, em 1870, e intitulada “Carro do progresso nacional”, é correto afirmar que ela
- (A) apresenta uma dúvida quanto ao momento histórico do império brasileiro.
- (B) levanta uma questão sobre a validade ou não do progresso a qualquer preço.
- (C) propõe um diálogo entre os que defendem e os que contestam o progresso.
- (D) confirma a ideia de que os velhos, no Império, eram indiferentes ao progresso.
- (E) formula uma crítica à ordem estabelecida e não a indivíduos.

Leia trecho da canção *Samba de Orly*, de Vinicius de Moraes, para responder às questões de números 12 a 15.

Vai, meu irmão  
 Pega esse avião  
 Você tem razão de correr assim  
 Desse frio, mas beija  
 O meu Rio de Janeiro  
**Antes que** um aventureiro  
 Lance mão  
  
 Pede perdão  
 Pela duração dessa temporada  
**Mas** não diga nada  
 Que me viu chorando  
 E pros da pesada  
 Diz que vou levando  
 Vê como é que anda  
 Aquela vida à-toa  
 E **se** puder me manda  
 Uma notícia boa

12. De acordo com a canção,
- (A) o eu lírico, atormentado pela culpa, pede perdão ao amigo.
- (B) o Rio de Janeiro está à mercê de um aventureiro inescrupuloso.
- (C) o avião é o meio pelo qual chega ao Rio a demonstração de saudade do poeta.
- (D) as pessoas, no Rio, defendem um estilo de vida produtiva.
- (E) as lágrimas do poeta impedem que ele se volte para a poesia.
13. Considerando-se o emprego do pronome **você**, as formas verbais em – Vai, meu irmão/Pega esse avião – estariam em conformidade com a modalidade-padrão em
- (A) Vá/Pegue
- (B) Vão/Peguem
- (C) Vá/Pegam
- (D) Vão/Pegue
- (E) Vão/Pegam
14. As expressões **Antes que/Mas** e **se**, em destaque no trecho da canção, indicam, respectivamente, no contexto, ideia de
- (A) tempo, modo, condição.
- (B) lugar, adversidade, modo.
- (C) causa, tempo, fim.
- (D) modo, adversidade, causa.
- (E) tempo, adversidade, condição.

15. Os versos do poema reescritos assumem versão correta quanto à colocação pronominal em:
- (A) Aos da pesada, não diga-lhes que lamentamo-nos./ Me envie uma notícia boa.
  - (B) Aos da pesada, não diga-lhes que nos lamentamos./ Me envie uma notícia boa.
  - (C) Aos da pesada, não lhes diga que lamentamo-nos./ Envie-me uma notícia boa.
  - (D) Aos da pesada, não lhes diga que nos lamentamos./ Envie-me uma notícia boa.
  - (E) Aos da pesada, não lhes diga que nos lamentamos./ Me envie uma notícia boa.

### RACIOCÍNIO LÓGICO

16. Carlos é engenheiro e matemático, mas não é físico. Silvio é engenheiro e físico, mas não é matemático. Antonio e Roberto não são engenheiros, mas são matemáticos e físicos. Somente Walter é engenheiro, matemático e físico. Se em um grupo de profissionais do qual participam todos os citados existem apenas engenheiros, matemáticos e físicos, sendo 10, 8 e 7 pessoas, respectivamente, de cada área, e somente os profissionais citados têm mais de uma formação nesse grupo, então é possível afirmar, corretamente, que o número de pessoas nesse grupo é
- (A) 17.
  - (B) 19.
  - (C) 21.
  - (D) 23.
  - (E) 25.
17. *Se sou responsável, então sou um bom profissional.*
- Uma afirmação equivalente à afirmação acima está contida no item:
- (A) Se sou um bom profissional, então sou responsável.
  - (B) Sou um bom profissional se e somente se sou responsável.
  - (C) Se não sou responsável, então não sou um bom profissional.
  - (D) Não sou responsável se e somente se não sou um bom profissional.
  - (E) Se não sou um bom profissional, então não sou responsável.

18. Considere verdadeiras as seguintes afirmações:
- I. Alguns engenheiros têm mais de um diploma de graduação.
  - II. Todos os engenheiros estudaram, no mínimo, cinco anos de bacharelado.
- Com base apenas nessas duas afirmações, conclui-se corretamente que
- (A) somente quem tem apenas um diploma de graduação estudou, necessariamente, cinco anos de bacharelado.
  - (B) se João é engenheiro, então ele tem, necessariamente, mais de um diploma de graduação.
  - (C) existem engenheiros que têm somente um diploma de graduação e estudaram menos que cinco anos de bacharelado.
  - (D) se Carlos é engenheiro, então ele estudou cinco anos ou mais de bacharelado e não tem, necessariamente, mais que um diploma de graduação.
  - (E) quem estudou mais que cinco anos de bacharelado tem, necessariamente, mais de um diploma de graduação.

19. Considere as premissas a seguir.

- I. Se Ana não é biblioteconomista, então Fábio é engenheiro.
- II. Se Carlos é administrador, então Marta não é nutricionista.
- III. Fábio não é engenheiro e Marta é nutricionista.

Uma conclusão que pode ser indicada para que, juntamente com essas três premissas, origine-se um argumento válido é

- (A) Ana é biblioteconomista e Carlos não é administrador.
  - (B) Ou Ana não é biblioteconomista ou Carlos é administrador.
  - (C) Ou Carlos não é administrador ou Ana é biblioteconomista.
  - (D) Carlos é administrador e Ana não é biblioteconomista.
  - (E) Ana é biblioteconomista e Carlos é administrador.
20. Uma negação lógica para a proposição *a Terra é redonda se e somente se o céu não é azul* pode ser dada por
- (A) o céu é azul e a Terra é redonda, ou a Terra é redonda e o céu não é azul.
  - (B) a Terra é redonda e o céu não é azul.
  - (C) o céu não é azul e a Terra não é redonda, ou a Terra é redonda e o céu é azul.
  - (D) a Terra não é redonda ou o céu não é azul.
  - (E) O céu não é azul e a Terra não é redonda.

Leia o texto para responder às questões de números 21 a 30.

### Brazil's Average Unemployment Rate Falls to Record Low in 2012

By Dow Jones Business News

January 31, 2013

Brazil's unemployment rate for 2012 fell to 5.5%, down from the previous record low of 6.0% recorded last year, the Brazilian Institute of Geography and Statistics, or IBGE, said Thursday. In December, unemployment fell to 4.6% compared with 4.9% in November, besting the previous record monthly low of 4.7% registered in December 2011, the IBGE said.

The 2012 average unemployment rate was in line with the 5.5% median estimate of economists polled by the local Estado news agency. Analysts had also pegged December's unemployment rate at 4.4%.

Brazil's unemployment rate remains at historically low levels despite sluggish economic activity. Salaries have also been on the upswing in an ominous sign for inflation – a key area of concern for the Brazilian Central Bank after a series of interest rate cuts brought local interest rates to record lows last year. Inflation ended 2012 at 5.84%.

The average monthly Brazilian salary retreated slightly to 1,805.00 Brazilian reais (\$908.45) in December, down from the record high BRL1,809.60 registered in November, the IBGE said. Wages trended higher in 2012 as employee groups called on Brazilian companies and the government to increase wages and benefits to counter higher local prices. Companies were also forced to pay more to hire and retain workers because of the country's low unemployment.

The IBGE measures unemployment in six of Brazil's largest metropolitan areas, including São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Recife and Porto Alegre. Brazil's unemployment rate, however, is not fully comparable to jobless rates in developed countries as a large portion of the population is either underemployed or works informally without paying taxes. In addition, workers not actively seeking a job in the month before the survey don't count as unemployed under the IBGE's methodology. The survey also doesn't take into account farm workers.

(www.nasdaq.com. Adaptado)

21. Segundo o texto, o índice de desemprego no Brasil

- (A) teve uma leve alta em dezembro de 2012, quando comparado ao ano anterior.
- (B) apresentou uma queda recorde em 2011 e baixou mais ainda em 2012.
- (C) confirmou a estimativa dos especialistas para dezembro de 2012.
- (D) é considerado mediano pelos economistas que trabalham para o Estado.
- (E) abrange trabalhadores urbanos que não têm benefícios como aposentadoria.

22. Segundo o texto, a atividade econômica no Brasil

- (A) reflete o pleno emprego.
- (B) é controlada pelo Banco Central.
- (C) seria melhor se a taxa de juros fosse mais alta.
- (D) está lenta, mesmo com o baixo índice de desemprego.
- (E) é uma consequência da inflação baixa.

23. De acordo com o texto, em 2012, os salários

- (A) chegaram a aumentar cerca de R\$ 900,00.
- (B) mal cobriram a inflação de 5,84%.
- (C) aumentaram mais para os ingressantes no mercado de trabalho.
- (D) pareceram mais altos, pois incluíam os benefícios.
- (E) mantiveram uma tendência de alta.

24. De acordo com o texto, a metodologia do IBGE para o cálculo do índice de desemprego

- (A) exclui os trabalhadores rurais.
- (B) abrange as capitais dos estados.
- (C) inclui o subemprego sem carteira de trabalho.
- (D) é a mesma usada nos países desenvolvidos.
- (E) categoriza o trabalho informal como sazonal.

25. O trecho do terceiro parágrafo – *a key area of concern* – refere-se, no texto, a

- (A) inflation.
- (B) salaries.
- (C) Brazilian Central Bank.
- (D) interest rates.
- (E) unemployment rate.

26. No trecho do terceiro parágrafo – *Brazil's unemployment rate remains at historically low levels despite sluggish economic activity.* – a palavra *despite* equivale, em português a

- (A) tal como.
- (B) devido a.
- (C) apesar de.
- (D) causado por.
- (E) como se.

27. No trecho do quarto parágrafo – *Companies were also forced to pay more to hire and retain workers because of the country's low unemployment. – because* introduz uma
- (A) consequência.
  - (B) razão.
  - (C) crítica.
  - (D) comparação.
  - (E) ênfase.
28. No trecho do quinto parágrafo – *Brazil's unemployment rate, however, is not fully comparable to jobless rates in developed countries as a large portion of the population is either underemployed or works informally* – a palavra *as* pode ser substituída, sem alteração de sentido, por
- (A) but.
  - (B) nor.
  - (C) such.
  - (D) likely.
  - (E) since.
29. O trecho do quinto parágrafo – *workers not actively seeking a job* – pode ser reescrito, sem alteração de sentido, como
- (A) employers that aren't actively pursuing a job.
  - (B) workers whose job wasn't active.
  - (C) workers which found an active employment.
  - (D) workers who weren't actively looking for a job.
  - (E) active employees that have just found work.
30. No trecho do último parágrafo – *In addition, workers not actively seeking a job* – a expressão *in addition* pode ser substituída, sem alteração de sentido, por
- (A) Otherwise.
  - (B) Nevertheless.
  - (C) However.
  - (D) Furthermore.
  - (E) Therefore.

31. Assinale a alternativa correta a respeito do “provimento” previsto na Lei n.º 8.112/90.
- (A) Um requisito básico para investidura em cargo público é a idade mínima de 21 anos de idade.
  - (B) Às pessoas portadoras de deficiência serão reservadas até 10% das vagas oferecidas no respectivo concurso público.
  - (C) As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais não poderão contratar professores ou cientistas estrangeiros.
  - (D) A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação no Diário Oficial para o respectivo cargo.
  - (E) Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.
32. Aristeu Fáraco foi aprovado em concurso público para cargo regido pela Lei n.º 8.112/90, tendo tomado posse regularmente no respectivo cargo. Nesse caso, o prazo para Aristeu entrar em exercício no serviço público, contado da data da posse, é de
- (A) 10 dias.
  - (B) 15 dias.
  - (C) 20 dias.
  - (D) 40 dias.
  - (E) 45 dias.
33. Segundo a Lei n.º 8.112/90, a Reversão é
- (A) o retorno de servidor aposentado à atividade.
  - (B) o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado depois de finda a pena de indisponibilidade.
  - (C) a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
  - (D) a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
  - (E) o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

34. Considerando as disposições da Lei n.º 8.112/90 sobre as responsabilidades dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é correto afirmar que
- (A) a responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, ainda que não resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
  - (B) tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor diretamente perante o prejudicado, e a Fazenda Pública responderá, subsidiariamente, em ação regressiva.
  - (C) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, independentemente do valor da herança recebida.
  - (D) a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
  - (E) a responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no exercício do cargo público ou, ainda, fora dele se o servidor estiver em férias regulamentares ou afastado por motivos de licença.
35. No caso da penalidade de suspensão, nos termos da Lei n.º 8.112/90, quando houver conveniência para o serviço, será o servidor obrigado a permanecer em serviço e a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de
- (A) 25% (vinte e cinco por cento) por dia de vencimento ou remuneração.
  - (B) 30% (trinta por cento) por dia de vencimento ou remuneração.
  - (C) 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração.
  - (D) 70% (setenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração.
  - (E) 80% (oitenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração.
36. Cícero Romano, servidor público submetido pelo regime jurídico da Lei n.º 8.112/90, revelou segredo do qual se apropriou em razão do seu cargo público. Nessa hipótese, Cícero estará sujeito à seguinte penalidade:
- (A) advertência.
  - (B) repressão.
  - (C) suspensão.
  - (D) demissão.
  - (E) disponibilidade.
37. Prosérpina Sila, ocupante de cargo público em comissão regido pela Lei n.º 8.112/90, valeu-se do cargo para lograr proveito pessoal, em detrimento da dignidade da sua função pública. Por isso, Prosérpina foi destituída do respectivo cargo. Nessa situação, se pretender assumir novo cargo público, a Lei n.º 8.112/90 dispõe que Prosérpina
- (A) estará impedida de assumir novo cargo público, federal, estadual e municipal pelo prazo de 3 (três) anos.
  - (B) poderá assumir outro cargo público em qualquer ente da Federação, não podendo a punição que recebeu prejudicá-la em sua nova pretensão.
  - (C) ficará impedida de assumir novo cargo público federal pelo prazo de 5 (cinco) anos.
  - (D) estará impedida de assumir novo cargo público pelo prazo de 10 (dez) anos.
  - (E) somente poderá assumir novo cargo público, a qualquer tempo, se o cargo pretendido for de provimento efetivo a ser preenchido por concurso público.
38. Nos moldes do que estabelece a Lei n.º 8.112/90, a falta do servidor público ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses, entende-se por
- (A) inassiduidade habitual.
  - (B) abandono de cargo.
  - (C) exoneração tácita.
  - (D) inassiduidade eventual.
  - (E) improbidade administrativa.
39. Nos termos do que, expressamente, dispõe a Lei n.º 8.112/90, na hipótese de o servidor público não satisfazer as condições do estágio probatório para cargo efetivo, dar-se-á sua:
- (A) demissão.
  - (B) demissão a bem do serviço público.
  - (C) exoneração a pedido.
  - (D) dispensa legal.
  - (E) exoneração de ofício.
40. É um dever do servidor público estabelecido pela Lei n.º 8.112/90:
- (A) atender com toda subserviência ao público em geral, prestando as informações requeridas, mesmo as protegidas por sigilo.
  - (B) atender com prestreza à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal.
  - (C) cumprir as ordens superiores, mesmo quando em desacordo com a lei.
  - (D) tratar com desurbanidade as pessoas e seus colegas de trabalho.
  - (E) recusar fé a documentos públicos, sob pena de responder civil e criminalmente.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. A Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977, alterou o Capítulo V, do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativa à segurança e medicina do trabalho. De acordo com ela,
- (A) são intransferíveis as atribuições da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho quanto à orientação, controle, supervisão e coordenação da fiscalização e demais atividades relacionadas com a segurança e a medicina do trabalho.
  - (B) a interdição ou embargo poderão ser requeridos pelo serviço competente da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, por entidade sindical e pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do estabelecimento.
  - (C) a eliminação ou a descaracterização da insalubridade ocorrerá com adoção de medidas que impeçam a geração dos agentes insalubres ou inibam a exposição do trabalhador a tais agentes, pelo uso de equipamentos de proteção individual.
  - (D) ocorrendo a despedida de membro eleito da CIPA, caberá ao empregador, em caso de reclamação à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, comprovar a existência de justa causa para a demissão, sob pena de ser condenado a reintegrar o empregado.
  - (E) o Ministério do Trabalho estabelecerá, de acordo com o risco da atividade e o tempo de exposição, a periodicidade dos exames médicos, cujos resultados, incluindo os dos exames complementares, serão comunicados ao trabalhador, observados os preceitos da ética médica.
42. De acordo com a Norma Regulamentadora 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos,
- (A) são consideradas medidas de proteção aquelas de caráter coletivo ou do posto de operação, as medidas administrativas e de capacitação da mão de obra e a adequação prescrição de equipamentos de proteção individual.
  - (B) os condutores de alimentação elétrica que sejam justapostos às partes móveis das máquinas deverão possuir proteções adequadas e serem constituídos de materiais que não propaguem fogo e sejam autoextinguíveis.
  - (C) nas máquinas operadas por dois ou mais dispositivos de comando bimanuais e cujo ponto de operação apresente riscos, exige-se a atuação síncrona dos dispositivos, incluindo-se aqueles de natureza diferente, que deverão manter a simultaneidade entre si.
  - (D) nas máquinas e equipamentos cuja operação requeira a participação de mais de uma pessoa, o número de dispositivos de acionamentos simultâneos deve corresponder ao número de operadores expostos aos perigos decorrentes de seu acionamento.
  - (E) entre os dispositivos de segurança classificados como de intertravamento, têm-se as chaves de segurança eletromecânicas, com ação e ruptura positiva, magnéticas e eletrônicas programáveis, sensores condutivos de segurança e travas mecânicas específicas para cada operação.
43. A respeito da psicologia aplicada à prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, é correto afirmar que
- (A) uma reprimenda, uma suspensão, um “endurecimento” nas normas da empresa são estímulos aversivos que, quando apresentados, constituem uma punição, que não é, definitivamente, o procedimento mais adequado para se manter um comportamento, pois a resposta não desejada é suprimida apenas temporariamente.
  - (B) as condições externas ou ditas ambientais devem, em um segundo momento, ser objeto de análise, mas os determinantes do comportamento humano em face de uma situação crítica é ditado por causas neurais ou por causas psíquicas, onde esse comportamento é explicado em termos de um agente interior sem dimensões físicas, chamado “mental” ou psíquico.
  - (C) a “modificação do ambiente” funciona como técnica para a redução de acidentes, pois o ambiente pode funcionar como um estímulo discriminativo, quando oferece ocasião para que um desempenho não seja reforçado, diminuindo de frequência até a extinção ou generalizador, ao reforçar um desempenho e provocar o aumento de sua frequência.
  - (D) de acordo a teoria Y, de Douglas McGregor, o trabalho é intrinsecamente desagradável para a maioria das pessoas, sendo que poucas pessoas são ambiciosas, têm desejo de responsabilidade e a maioria prefere ser orientada pelos outros, não demonstrando capacidade para criatividade na solução de problemas.
  - (E) o comportamento operante ou de caráter reflexo inclui todas as respostas dos seres humanos e de muitos organismos, que são eliciadas ou produzidas por modificações especiais de estímulos do ambiente, como ocorre com as pupilas, que se contraem ou dilatam, em resposta a modificações na iluminação do ambiente.

44. Os dados estatísticos de Acidentes de Trabalho divulgados nos últimos anos pelo Ministério da Previdência Social indicam que
- (A) todas as 5 macrorregiões demográficas apresentaram aumento: a região Sudeste conta com o maior número de acidentes de trabalho, com um total de 378 564 ocorrências; em seguida, a região Sul registra 156 853 casos, a região Nordeste 89 485, a região Centro-Oeste 47 374 e, por fim, a região Norte, com 29 220 acidentes.
  - (B) quanto ao setor de serviços, o segmento do comércio e reparação de veículos automotores registrou o maior número de acidentes de trabalho, com 95 496 ocorrências em 2010, seguido pelo de transporte, armazenagem e correios, com 58 252 acidentes de trabalho e pelo de saúde e serviços sociais com 51 934 acidentes computados.
  - (C) durante o ano de 2011, foram registrados no INSS cerca de 711,2 mil acidentes do trabalho, fazendo com que, comparado com 2010, o número de acidentes de trabalho tivesse acréscimo de 0,2%, sendo que o total de acidentes registrados com CAT aumentou em 1,6% de 2010 para 2011, com os acidentes típicos representando 78,6% desse total.
  - (D) quanto aos grupos separados por idade e sexo, em todos os grupos houve um discreto aumento nos números de acidentes de trabalho, com exceção na faixa de até 19 anos, em que houve uma pequena redução: de 29 336 em 2008 para 28 159 em 2009, subindo novamente para 28 847 em 2010.
  - (E) da análise no setor específico da indústria, as atividades da construção civil com 59 976 ocorrências, e o de produção de alimentos e bebidas, com 54 664 registros, se encontram entre os com maior número absoluto de acidentes de trabalho em 2010, expondo tendência que os anos anteriores já revelavam.
45. Na Fisiologia, o estudo das funções orgânicas, processos ou atividades vitais deve considerar o impacto causado por fatores ambientais, pois a interação entre o organismo e o ambiente externo exige adaptação constante e sistêmica em processos como
- (A) o metabolismo celular, formado na conjugação de reações químicas que ocorrem em uma célula viva, que inclui os processos de fragmentação e síntese de grandes moléculas, que dispendem grande quantidade de energia e ocorrem alternadamente na célula, envolvendo centenas de reações químicas.
  - (B) os do sistema nervoso, maior interface entre o organismo e o ambiente, atuando em muitos mecanismos para manter a homeostase, controlando movimentos e postura do corpo e sendo a base da experiência subjetiva, memória, linguagem e do raciocínio que caracteriza a atividade humana.
  - (C) o do arco reflexo, que se desenvolve por meio de quatro componentes do sistema nervoso, que são um receptor, uma via aferente para carregar os impulsos nervosos ao sistema nervoso central, glândula neural para viabilizar as sinapses e o efeitor, que constitui o arco quando ativado.
  - (D) o responsável pela regulação precisa da respiração, que mantém os níveis de oxigênio alveolar e de dióxido de carbono essencialmente constantes e próximas, a despeito de amplas alterações no metabolismo, incluindo aquelas causadas pelo monóxido do carbono em concentrações inferiores a 10%, em volume.
  - (E) aqueles que compõem a função do rim, que contemplam a regulação da água corpórea, eletrólitos e outras substâncias por meio da integração de dois mecanismos: o de filtração do plasma e o de transporte, que é constituído por uma série de comportas que levam a urina para a uretra.

46. Para a prevenção de distúrbios de saúde de caráter psicológico ou físico nos trabalhadores, as modalidades pelas quais são repartidas as funções entre os operadores e as máquinas, e caracterizam a divisão do trabalho, devem considerar que
- (A) uma organização científica do trabalho que estructure as funções de forma rígida e bem definida pode facilitar a adesão dos trabalhadores ao desobrigar aqueles que executam o trabalho de qualquer preocupação com sua concepção ou planejamento.
  - (B) em face da estabilidade operacional de máquinas, insumos e matérias primas, é necessário definir para os operadores uma cota de produção, que pode ser dimensionada por meio da cronoanálise do trabalho executado pelos trabalhadores com maior domínio da função.
  - (C) na análise ergonômica, realizada para subsidiar a organização do trabalho, as normas de produção incluirão as orientações escritas e adequadamente documentadas, não contemplando aquelas de caráter implícito, que apresentam variações significativas entre os trabalhadores.
  - (D) é necessária a determinação do conteúdo do tempo para dar conta dos trabalhos envolvendo diferentes tarefas, permitindo evidenciar o quanto de tempo se gasta para realizar uma subtarefa ou cada uma das atividades necessárias à consecução da tarefa.
  - (E) se o ritmo de trabalho tem caráter quantitativo, a cadência representa o mérito qualitativo, referindo-se à velocidade dos movimentos que se repetem em uma unidade de tempo e à maneira pela qual os ritmos são ajustados no processo de produção.
47. A ventilação industrial constitui, em relação ao ambiente, importante medida de prevenção e controle na Higiene do Trabalho. Assim,
- (A) cabe lembrar que, em ambientes com poeiras e fumos, os ventiladores que apresentam melhor desempenho para pressões baixas a moderadas são os centrífugos de pás curvadas para a frente.
  - (B) quando o contaminante de baixo limite de tolerância ou alta toxicidade tiver pontos de geração dispersos no ambiente, a ventilação geral exaustora, que movimentará um grande volume de ar, deverá usar ventiladores centrífugos.
  - (C) para o transporte de gases poluentes, a velocidade nos dutos pode ser de 5 a 10 m/s, pois não há sedimentação que, para ser evitada no transporte de partículas sólidas, exige uma velocidade mínima de transporte, que varia de 10 a 25 m/s.
  - (D) na escolha dos ventiladores mais adequados para determinado ambiente, deve-se considerar que, pela Lei dos Ventiladores, a vazão é função, entre outros, da rotação do ventilador e a potência é proporcional ao quadrado dessa rotação.
  - (E) é importante saber, pela repercussão dessa informação no dimensionamento do sistema, se é possível utilizar ventiladores centrífugos axiais, que não são recomendados para grandes cargas de poluentes pegajosos e corrosivos.
48. O corpo humano representa um sistema aberto, trocando matéria e energia com o ambiente por meio de numerosas e complexas reações. Quando essa interação envolve substâncias tóxicas no ambiente de trabalho, configura-se a área de conhecimento da Toxicologia Industrial, em que
- (A) compreende-se a fase toxicodinâmica dos efeitos das substâncias tóxicas no organismo como aquela que inclui dois grupos distintos de processos: aqueles de distribuição, que envolvem a absorção, transporte, acumulação e excreção e outros de biotransformação, configurados pelas alterações metabólicas das substâncias tóxicas.
  - (B) o estudo da interação com os sabões, detergentes e outros solventes orgânicos permitiu classificar tais substâncias como irritantes primários absolutos, que determinam ação lesiva do tipo corrosiva, levando à necrose os tecidos da epiderme em um tempo relativamente curto.
  - (C) se estuda os diversos mecanismos de desintoxicação do organismo, como a redução, muito mais comum que a oxidação, que é responsável pela biotransformação de vários xenobióticos orgânicos, como alcoóis para aldeídos e a redução de compostos orgânicos mediante adição de átomos de hidrogênio.
  - (D) a identificação de enzimas específicas para a metabolização de substâncias tóxicas explica sua elevada seletividade e consequente capacidade de metabolizar tais xenobióticos, neutralizando-os e até destruindo-os por meio de mecanismos como a combinação direta, a inibição competitiva e a síntese letal.
  - (E) a difusão passiva é considerada como o principal mecanismo utilizado pelas substâncias químicas para atravessar as membranas celulares, sendo sua taxa proporcional ao gradiente de concentração através da membrana, da espessura da membrana, da área para difusão e de uma constante para o processo.

49. Considerada como “ciência básica” da saúde coletiva, a Epidemiologia pode ser definida como a ciência que estuda os padrões da ocorrência de doenças em populações humanas e os fatores determinantes desses padrões, sendo de importante aplicação no estudo da saúde dos trabalhadores. Dessa maneira,
- (A) tem-se, entre os critérios de causalidade, a consistência da associação, que é observada em estudos realizados em diferentes populações ou utilizando diferentes metodologias, fazendo com que associações consequência do acaso sejam claramente identificadas em resultados de estudos posteriores.
  - (B) para que se possa acompanhar a morbidade na população e traçar paralelos entre a morbidade de um local em relação a outros, é preciso que se tenha medidas-padrão de morbidade, sendo as mais utilizadas as medidas da prevalência e medidas da incidência, que pode ser cumulativa (acumulada) ou densidade de incidência.
  - (C) a plausibilidade biológica, que já se mostrou um entrave ao estabelecimento da força de associação e sua respectiva magnitude em estudos transversais da relação trabalho-doença, deve ser entendida como uma oportunidade para o avanço dos estudos da fisiologia do trabalho.
  - (D) o estudo de caso-controle, assim como o estudo de coorte, é um estudo prospectivo em que se procura verificar a frequência de um determinado agravo na presença ou ausência de um determinado fator condicionante/determinante (exposição) em indivíduos que integram uma população vivendo em condições ambientais homogêneas.
  - (E) a incidência de uma doença depende da prevalência dessa mesma doença (quanto maior for a ocorrência de casos novos, maior será o número de casos existentes), como também da duração da doença, sendo que a mudança da incidência pode ser afetada tanto pela velocidade da ocorrência do óbito como pela modificação da duração da doença.
50. Em relação à prevenção e combate a incêndios, é correto afirmar que
- (A) materiais sólidos com igual massa e com áreas específicas diferentes, por exemplo, de 1 m<sup>2</sup> e 10 m<sup>2</sup>, irão queimar em tempos inversamente proporcionais, liberando a mesma quantidade de calor, mas atingindo uma temperatura bem maior no segundo caso.
  - (B) a iluminação de emergência para fins de segurança contra incêndio pode ser de dois tipos: de balizamento, que é aquela destinada a iluminar as rotas de fuga, de tal forma que os ocupantes possam transitar por elas sem dificuldade, e a de aclaramento, que é associada à sinalização de indicação de saídas de emergência.
  - (C) o sistema de chuveiros automáticos, que possui boa confiabilidade e pode ser acionado manualmente ou possuir um elemento termossensível que se rompe com o calor e libera a água sobre as chamas, é recomendado especialmente onde a evacuação do edifício é rápida e simples e a água não compromete a continuidade das operações.
  - (D) a espuma destinada à extinção do incêndio é um agregado altamente instável de bolhas, que tem a propriedade de degradar-se com o calor, transformando-se em um polímero que, ao formar uma camada sobre os materiais combustíveis, retarda a propagação das chamas.
  - (E) o sistema de detecção e alarme de incêndios em locais de reunião de público, como casas de show, música, dança, espetáculo, discoteca, danceteria e outros onde se tem uma situação acústica elevada, deve prever um sinal sonoro que utilize um timbre específico, que seja claramente perceptível aos ocupantes do local.
51. Primeiros-socorros é o conjunto de medidas que devem ser tomadas de imediato, para se evitar o agravamento da saúde do acidentado. Em função disso,
- (A) a operação de tamponamento, imprescindível no tratamento de uma ferida com hemorragia, deve ser feita com gaze, algodão ou lenço de papel esterilizados, comprimindo-se o local sem apertar muito.
  - (B) na queimadura causada por fogo, com as roupas da vítima ainda se incendiando, é preciso apagar o fogo, jogando água sobre as chamas ou abafando-as com uma manta, sendo vedado o uso de extintores.
  - (C) no caso de intermação, caracterizada inicialmente pela pele quente e vermelha, é necessário diminuir a temperatura do corpo da vítima, retirando-a do local, umedecendo-lhe a cabeça e o tronco com água fria e oferecendo-lhe líquidos à vontade.
  - (D) para melhorar a circulação do sangue no corpo da vítima de desmaio, é preciso posicionar seu corpo de maneira que sua cabeça fique mais elevada, além de afrouxar ou remover cintos e pulseiras.
  - (E) no envenenamento com evidências de ter sido causado por gasolina, querosene, diluentes de tintas e ácidos fracos, deve-se fazer a vítima vomitar tão rápido quanto possível, o que pode ser feito mediante a introdução de uma colher ou mesmo um dedo, na boca da vítima.

52. O fato de ocorrerem de forma associada às condições de trabalho, faz com que alguns fenômenos físicos sejam objeto de estudo da Higiene do Trabalho por serem capazes de prejudicar a saúde dos trabalhadores. Assim,
- (A) a exposição ao calor deve ser avaliada por meio do Índice de Bulbo Úmido – Temperatura de Globo – IBUTG, que é composto por uma combinação da temperatura de bulbo úmido natural (tbn) com a temperatura de globo (tg).
  - (B) recomenda-se que, na ausência de informações específicas do fabricante sobre interferência magnética, a exposição de usuários de marca-passos e dispositivos eletrônicos seja mantida igual ou abaixo de 0,1 mT na faixa de frequências da rede de potência.
  - (C) os limites de tolerância disponíveis para a radiação ultravioleta referem-se à classe coerente, com comprimento de onda entre 100 e 400 nm e são adequados para proteger a maioria dos trabalhadores.
  - (D) não é possível contar com limites de tolerância para ultrassom em todas as frequências, visto que as tabelas disponíveis para avaliar a salubridade do ambiente quanto ao ultrassom foram elaboradas apenas para as frequências de 100 e 200 KHz.
  - (E) os controles da vibração de corpo inteiro incluem, para os trabalhadores que operam veículos, a realização, após a exposição, de movimentos variados, como carregar algum peso, curvar-se e girar o quadril em ambos os sentidos de rotação.
53. Em relação à exposição ocupacional aos agentes químicos, conforme estudado na Higiene do Trabalho, é correto afirmar que
- (A) no caso do calor, os valores máximos admissíveis para trabalhadores não aclimatados são inferiores àqueles para trabalhadores com um ciclo de exposição a situações térmicas bem definido, que não se ausentaram do trabalho, por mais de dois dias consecutivos, nos últimos dois meses.
  - (B) para os gases e vapores, considera-se como padrão ambiental aquelas reconhecidas como condições normais de temperatura e pressão, de maneira que, para misturas, importa a concentração e não a pressão parcial de cada componente da atmosfera ambiente.
  - (C) para o trabalho sob ar comprimido com presença de contaminantes, exige-se do trabalhador a aprovação em exames clínicos específicos, conduzidos e analisados por médico habilitado, aptidão essa cujo atestado terá validade de um ano.
  - (D) para os gases classificados como asfixiantes simples, a avaliação ambiental deverá atentar para a concentração mínima de oxigênio, que deverá ser, no mínimo, de 18% (dezoito por cento) em volume para não caracterizar risco grave e iminente.
  - (E) o álcool isopropílico é considerado uma substância química muito perigosa por estar associada, mesmo para exposições curtas a baixas concentrações, a distúrbios no sistema nervoso central e apresentar efeitos narcóticos.
54. O arranjo físico pode ser compreendido como a área do conhecimento que busca, por meio do reconhecimento, da avaliação e do controle, uma combinação ótima das instalações e de tudo aquilo que concorre para a produção, dentro de um volume disponível, sendo que
- (A) no arranjo físico linear, cada produto, elemento de informação ou cliente segue um roteiro predefinido no qual a sequência de atividades requerida coincide com a sequência na qual os processos foram arranjados fisicamente.
  - (B) o atendimento ao princípio do mínimo esforço é considerado aspecto de grande interesse da ergonomia, ao buscar manter apenas os movimentos indispensáveis e reduzir ao mínimo a distância entre operações subsequentes.
  - (C) a escolha do arranjo físico posicional ou de posição fixa é predominantemente ditada pela uniformidade dos requisitos dos produtos ou serviços oferecidos, constituindo exemplo a montagem de automóveis de um mesmo modelo.
  - (D) para atender o princípio da obediência do fluxo de operações, homens, materiais e máquinas devem estar integrados, de forma tal que se reduza ao máximo as possibilidades de retrabalho em um mesmo setor de produção.
  - (E) o arranjo físico celular implica localizar os recursos produtivos transformadores inteiramente segundo a melhor conveniência do recurso que está sendo transformado, sendo exemplos o restaurante *self-service* e a manufatura de papel.
55. Como é comum entre os processos de soldagem, há, no processo oxiacetilênico, o emprego de uma grande concentração de energia. A prevenção de acidentes, nesse trabalho e nas atividades correlatas, exige que
- (A) se atente, no gerenciamento das condições de trabalho, para o fato de esse tipo de soldagem, inversamente ao processo a arco elétrico, produzir altas concentrações de fumos metálicos, além de CO, CO<sub>2</sub> e outros gases presentes como impurezas no acetileno.
  - (B) na regulagem da chama, o operador proteja seus olhos com óculos providos de lentes azul-cobalto, que têm a propriedade de filtrar adequadamente a grande quantidade de radiações ultravioletas produzidas na variação do fluxo de oxigênio e acetileno.
  - (C) sejam tomadas algumas precauções no manuseio e armazenamento dos cilindros de oxigênio, como a alternância de cilindros cheios e vazios no depósito e o isolamento de qualquer fonte de calor que tenha potencial para elevar a temperatura dos cilindros até os 50° C (cinquenta graus centígrados).
  - (D) o cilindro de acetileno possua válvula de retenção que permite o fluxo de gás somente em um sentido e impede o retrocesso do gás mediante um dispositivo de vedação, que também tem a capacidade de impedir o retrocesso da chama.
  - (E) não se toque a poça de fusão com a chama primária ou se aproxime exageradamente o maçarico da zona de soldagem, pois, além desses procedimentos causarem defeitos na junta soldada, criam o risco de retrocesso de chama e, conseqüentemente, de explosões.

56. Existem muitos riscos mecânicos criados pelas partes móveis dos diferentes tipos de máquinas e, na concepção de proteções coletivas para tais riscos, é necessário considerar que
- (A) anéis, junções, engates, embreagens, volantes, pontas, fusos e eixos horizontais ou verticais são exemplos de mecanismos de movimento alternado que apresentam riscos de prender partes soltas de roupas ou forçar mão e braço em posições não naturais.
  - (B) o controle bimanual não é um dispositivo de segurança eficaz para prensas do tipo engate por chaveta, pois esses equipamentos não possuem sistema de freio e apresentam falhas conhecidas por repique, exigindo que a zona de operação da máquina seja fechada.
  - (C) no movimento giratório, são duas as possibilidades de criação de pontos entrantes: aqueles existentes entre partes móveis girantes e tangenciantes, como ocorre com um correia e sua polia, e aqueles observados entre cilindros justapostos que giram em sentido contrário.
  - (D) na utilização de métodos de segurança com dispositivos, o capacitor de radiofrequência se caracteriza por possibilitar liberdade de movimento ao operador e protegê-lo contra falhas mecânicas, não se limitando a máquinas que podem parar antes de completarem seu ciclo de operação.
  - (E) dos três tipos de ações mecânicas existentes, que são o corte, o puncionamento e o cisalhamento, aquele que apresenta maiores riscos na operação de uma máquina é a ação de corte, presente em serras de fita, serras circulares, fresas, tornos mecânicos, tesouras mecânicas e plainas.
57. Naquilo que diz respeito ao equipamento de proteção individual, a legislação vigente determina que
- (A) cabe ao empregador, em relação ao equipamento de proteção individual, exigir seu uso por parte dos empregados e responsabilizar-se pela sua higienização e manutenção periódica.
  - (B) nas empresas desobrigadas de constituir CIPA, cabe ao designado, mediante orientação do SESMT, quando houver, ou do empregador, recomendar o EPI adequado à proteção do trabalhador.
  - (C) cabe ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde do trabalhador, por meio de suas Unidades Descentralizadas, cadastrar o fabricante ou o importador de EPI.
  - (D) os fabricantes e importadores de EPI encaminhem periodicamente à Unidade Descentralizada do MTE, em sua região, relatórios de ensaios realizados em laboratórios credenciados que comprovem as características do EPI.
  - (E) cabe ao importador providenciar junto ao fabricante a documentação comprobatória da aprovação do EPI, em seu país de origem, em ensaios de laboratório previstos no Sistema Internacional de Normatização.
58. O trabalho em instalações elétricas obriga a adoção de medidas preventivas de controle do risco elétrico e de outros riscos adicionais, identificados em tempestiva análise de riscos, de forma a garantir a segurança e saúde dos trabalhadores. Nesse contexto, é pertinente afirmar que
- (A) o trânsito obrigatório de trabalhadores não familiarizados com os riscos da eletricidade, em espaço adjacente a instalações elétricas com condutores expostos, demanda instalação de sinalização específica para o risco existente ao longo de todo o percurso.
  - (B) o uso de chaves blindadas como dispositivo de partida e parada de máquinas e equipamentos em instalações provisórias implica cuidados especiais com sua isolação, para que os porta-fusíveis não fiquem sob tensão quando as chaves blindadas estiverem em posição aberta.
  - (C) sempre que for tecnicamente viável e necessário, devem ser projetados dispositivos de seccionamento que incorporem recursos fixos de equipotencialização e aterramento do circuito seccionado, sendo que todo projeto deve prever condições para adoção de aterramento temporário.
  - (D) nas instalações elétricas temporárias, como aquelas existentes em canteiros de obras, os quadros gerais de distribuição devem ser mantidos abertos, contando com diagramas unifilares que permitam identificar, mediante uso de instrumentos adequados, quais equipamentos, máquinas ou setores do local de trabalho encontram-se energizados.
  - (E) entre os procedimentos previstos para a reenergização de uma instalação elétrica liberada para trabalho, a remoção da sinalização de impedimento de reenergização precede a remoção do aterramento temporário, da equipotencialização e de eventuais proteções adicionais.

59. Os sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho devem dedicar atenção à investigação e análise dos acidentes para entender o ocorrido e buscar melhorias na gestão dos recursos de que dispõe. Com esse propósito,
- (A) é imprescindível que exista, na técnica ou método utilizado, uma categoria de evidências que contemple o interesse e grau de participação de cada personagem nas mudanças de *status* do sistema que antecederam o acidente.
  - (B) é necessário o domínio, por parte dos profissionais envolvidos, de técnicas aplicáveis para acidentes com perdas materiais, como Técnica de Incidentes Críticos Operacionais – TICO, que utiliza metodologia semelhante àquela aplicada no HAZOP.
  - (C) é produtora, para os interesses da prevenção, em casos de acidentes com evidente problema de comportamento do operador, evidenciar, por meio de Análise Coletiva da Tarefa, a relevância dos erros de julgamento do trabalhador na causalidade de acidentes.
  - (D) todos os incidentes deverão ser objeto da mais rigorosa apuração, fazendo com que a adequada responsabilização dos envolvidos, com participação ativa na rede de causalidade do evento, tenha caráter educativo junto ao coletivo de trabalhadores, inibindo comportamentos de risco.
  - (E) a utilização do método da árvore de causas, que tem a atividade como unidade de análise, permitirá, com o suporte de um diagrama, obter uma representação da rede de causalidade do acidente investigado, obtida por meio do encadeamento lógico dos antecedentes de caráter permanente ou variações identificados na investigação.
60. Em conformidade com a legislação vigente para os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho,
- (A) a empresa poderá constituir Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho centralizado, para atender vários estabelecimentos a ela pertencentes desde que a distância média a ser percorrida entre a sede do Serviço e os demais não ultrapasse a 5 000 (cinco mil) metros.
  - (B) a manutenção dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho compartilhados, organizados por sindicato, associação ou pelas empresas interessadas, deverá ser feita pelas empresas usuárias, que participarão das despesas em função do grau de risco de suas atividades e do número de empregados.
  - (C) a equipe de profissionais que o compõem deverá manter diálogo e entrosamento permanente com a CIPA, Comissão de Saúde, Comissão de Fábrica e outras representações formais dos trabalhadores, estudando suas solicitações e propondo soluções corretivas e preventivas para os problemas apontados.
  - (D) compete aos profissionais que o integram aplicar os conhecimentos da Engenharia de Segurança e da Medicina do Trabalho ao ambiente de trabalho e a todos os seus componentes, inclusive máquinas e equipamentos, de modo a reduzir até eliminar os riscos ali existentes à saúde do trabalhador.
  - (E) constitui atribuição dos profissionais integrantes do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho preparar, anualmente, os mapas indicativos dos acidentes de trabalho, das doenças ocupacionais e dos agentes de insalubridade existentes na empresa, calculando a Taxa de Frequência e o Índice de Avaliação da Gravidade.

61. No que tange à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, a legislação vigente determina que
- (A) as empresas instaladas em Centro Comercial ou industrial organizem Comissões Internas comuns ou compartilhadas, com o objetivo de promover o desenvolvimento de ações de prevenção de acidentes e doenças decorrentes do ambiente e instalações de uso coletivo.
  - (B) a documentação referente ao processo eleitoral da CIPA, incluindo as atas de eleição e de posse e o calendário anual das reuniões ordinárias, deve ficar no estabelecimento à disposição da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e ser encaminhada ao Sindicato dos Trabalhadores da categoria, quando solicitada.
  - (C) a CIPA deva realizar mensalmente, antes das reuniões ordinárias, verificações nos ambientes e condições de trabalho, visando à identificação de situações que venham a trazer riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores que atuam no estabelecimento.
  - (D) a empresa promova treinamento para os membros da CIPA titulares e suplentes, antes da posse, incluindo no conteúdo programático do curso temas como princípios gerais de higiene do trabalho, prevenção e combate a incêndios e noções de primeiros-socorros.
  - (E) sejam realizadas reuniões extraordinárias quando máquinas, equipamentos ou instalações do estabelecimento forem objeto de embargo ou interdição, quando ocorrer acidente grave ou fatal ou quando houver solicitação expressa de uma das bancadas.
62. A uniformidade da linguagem é necessária à comunicação e ao processo de compartilhamento de informações. Na área de segurança e saúde no trabalho, alguns conceitos devem ser incontrovertidos, como
- (A) o de perigo, que de acordo com o glossário da NR-10, deve ser compreendido como a capacidade de uma grandeza com potencial para causar lesões ou danos à saúde das pessoas.
  - (B) o de incidente, que não deve ser confundido com o chamado “quase-acidente”, pois este não apresenta qualquer tipo de perda, e o incidente, embora não apresente perdas humanas, apresenta perdas materiais.
  - (C) o de perigo, que é definido na norma britânica BS EN 50 110-1 (2004) como a combinação da probabilidade e da gravidade da possível lesão ou dano para a saúde de uma pessoa exposta a um ou a vários riscos.
  - (D) aquele de risco (*hazard*, em inglês), compreendido como fato de perigo ou situação de perigo, como a propriedade intrínseca que um determinado produto químico tem de prejudicar a saúde do homem e do meio ambiente.
  - (E) o de perigo, que consta na norma OHSAS 18001 como fonte ou situação com potencial para provocar danos em termos de lesão, doença, dano à propriedade, dano ao meio ambiente do local de trabalho, ou uma combinação destes.
63. De acordo com a Norma Regulamentadora 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, da Portaria n.º 3.214, de 8 de junho de 1978,
- (A) o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais deverá conter, no mínimo, a seguinte estrutura: planejamento anual com estabelecimento de metas, responsáveis e cronograma, estratégia e recursos, registro e divulgação dos dados e avaliação periódica.
  - (B) entre as etapas previstas no desenvolvimento do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, devem constar a antecipação e o reconhecimento dos riscos, avaliações ambientais preliminares qualitativas, avaliação, controle e monitoramento da exposição dos trabalhadores.
  - (C) no estudo, desenvolvimento e implantação de medidas de proteção coletiva, realizados no âmbito do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais, as medidas de maior hierarquia são aquelas que eliminam ou reduzem a utilização ou a formação de agentes prejudiciais à saúde.
  - (D) o empregador deverá apontar, no documento-base do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, o nome do responsável pela seleção do equipamento de proteção individual adequado à proteção dos trabalhadores contra os riscos existentes no ambiente de trabalho.
  - (E) sempre que vários empregadores realizem simultaneamente atividades em um mesmo ambiente de trabalho, estarão obrigados a elaborar um Programa de Prevenção de Riscos Ambientais conjunto, que discrimine os responsáveis pelo seu desenvolvimento.
64. De acordo com a Norma Regulamentadora 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional,
- (A) as empresas com mais de 25 (vinte e cinco) empregados, até 50 (cinquenta) empregados, enquadradas no grau de risco 1 ou 2, segundo o Quadro I da Norma Regulamentadora 4, poderão estar desobrigadas de indicar médico coordenador em decorrência de negociação coletiva.
  - (B) caberá à empresa contratante de mão de obra prestadora de serviços, informar à empresa contratada quais os riscos existentes, exigindo desta que seus empregados cumpram as mesmas rotinas de acompanhamento médico previstas no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional da empresa contratante.
  - (C) o desenvolvimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional deverá considerar as questões incidentes sobre o ambiente de trabalho e a coletividade, privilegiando o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre saúde e as condições de trabalho.
  - (D) o exame médico demissional será realizado obrigatoriamente até a data da homologação da demissão, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de 120 (cento e vinte) dias para as empresas classificadas como de graus de risco 1 e 2.
  - (E) o relatório anual do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional deve ser apresentado e discutido no Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho ou, na inexistência deste, com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do estabelecimento.

65. Em conformidade com a legislação previdenciária aplicada à Segurança e Saúde no Trabalho, o PPP –
- (A) Perfil Profissional Previdenciário deverá ser emitido pela empresa empregadora, no caso do empregado, pela cooperativa de trabalho, no caso de cooperado, pelo OGMO, no caso de trabalhador avulso portuário ou pelo sindicato da categoria, no caso de outros trabalhadores.
  - (B) Perfil Profissiográfico Personalizado deverá contemplar dados qualitativos e quantitativos das avaliações ambientais e médicas de trabalhadores realizadas no âmbito dos Programas de Prevenção de Riscos Ambientais e de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
  - (C) Perfil Profissiográfico Previdenciário deverá considerar, no âmbito das demonstrações ambientais que fazem parte das obrigações acessórias dispostas nas legislações previdenciária e trabalhista, os dados do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais e do Mapa de Riscos elaborado pela CIPA.
  - (D) Perfil Profissiográfico Previdenciário constitui-se em um documento histórico laboral do trabalhador que reúne, entre outras informações, dados administrativos e registros ambientais, durante todo o período em que este exerceu suas atividades, e atende exigências para aposentadoria especial.
  - (E) Perfil Previdenciário Profissional deverá ser mantido em meio eletrônico pelo empregador, sendo impresso uma vez ao ano para acompanhamento pelo trabalhador ou, excepcionalmente, por ocasião da rescisão do contrato de trabalho ou desfiliação de cooperativa.
66. A aposentadoria especial constitui um benefício do Instituto Nacional do Seguro Social que, para ser concedido ao trabalhador, exige a comprovação de que este trabalhava em condições em que havia exposição a agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. Nesse contexto, tem-se que
- (A) o Laudo Técnico de Condições Anormais de Trabalho – LTCAT é o único documento exigido do trabalhador para a comprovação de que esteve exposto, durante fração ou integralidade de sua vida laboral, a condições insalubres de trabalho.
  - (B) o Laudo Técnico das Condições Anômalas de Trabalho – LTCAT, que deve ser assinado por médico do trabalho ou por engenheiro de segurança do trabalho, constitui documento singular, impassível de ser substituído processualmente por qualquer outro.
  - (C) mediante o protocolo, junto a uma agência do Instituto Nacional do Seguro Social, de toda a documentação obrigatória, o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT pode ser substituído por Laudo elaborado a pedido do próprio trabalhador.
  - (D) o Levantamento Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT deve ser assinado por representante legal da empresa, com poderes específicos outorgados por procuração, contendo a indicação dos responsáveis técnicos legalmente habilitados.
  - (E) o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT deverá conter, entre outras informações, o reconhecimento dos fatores de riscos ambientais, a avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores e a especificação e implantação das medidas de controle.

67. A respeito da Auditoria de Segurança do Trabalho, é correto afirmar que
- (A) de acordo com a norma BS OHSAS 18001: 2007, os programas de auditoria da organização devem ser planejados, estabelecidos, implantados e mantidos pela organização, baseados nos resultados das avaliações de riscos das atividades da organização, e nos resultados de auditorias anteriores.
  - (B) conforme prescrito nas Normas Regulamentadoras 4 e 5 da Portaria n.º 3.214/78, a auditoria interna em segurança e saúde no trabalho constitui atividade conjunta do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho e da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
  - (C) a exemplo do preceituado nas normas de gestão ambiental, a seleção dos auditores e a condução das auditorias devem assegurar a objetividade e imparcialidade do processo, de forma que não é aceitável que elas sejam executadas por pessoal interno à organização.
  - (D) a verificação do cumprimento dos requisitos a serem atendidos no processo de certificação pode ser executada por auditores profissionais, externos à organização, mas a auditoria promovida para avaliar o cumprimento das normas regulamentadoras deve ser coordenada diretamente pela alta administração.
  - (E) os trabalhadores, sejam próprios ou de empresas contratadas, devem ser previamente alertados sobre a realização de auditoria das condições e métodos de trabalho, de maneira que preservem, no desenrolar de suas atividades, postura compatível com a documentação fornecida aos auditores.
68. Não se pode aplicar tal técnica de análise de riscos em uma planta, em fase de projeto, antes de se dispor dos respectivos diagramas de tubulação e instrumentação. Essa análise deve se dar tão logo esses diagramas estejam disponíveis, pois assim a implementação de eventuais mudanças sugeridas em função da análise teria menor impacto financeiro. A técnica de análise, aqui considerada, é fundamentada em um procedimento que gera perguntas de maneira estruturada e sistemática por meio do uso apropriado de um conjunto de palavras-guias aplicadas a pontos críticos do sistema em estudo. Essa técnica é conhecida como
- (A) Análise de Árvore de Falhas – AAF.
  - (B) Hazard and Operability Studies – HAZOP.
  - (C) Análise de Modos de Falhas e Efeitos – AMFE.
  - (D) Análise Preliminar de Perigos – APP.
  - (E) Técnica de Incidentes Críticos – TIC.
69. Na atualidade, as organizações se veem obrigadas a demonstrar um desempenho ambiental correto, em um contexto de uma legislação cada vez mais exigente e de preocupação das partes interessadas em relação às questões ambientais e ao desenvolvimento sustentável. Com esse propósito,
- (A) ao estabelecer e manter procedimentos para investigar e corrigir não conformidades, a organização deverá contemplar os seguintes elementos básicos: identificação dos responsáveis pela falha, estimativa dos custos diretos e indiretos associados e possíveis implicações para auditorias das entidades certificadoras e fiscalização do órgão regulador ambiental.
  - (B) a organização deverá estabelecer metas ambientais que sejam exequíveis em face da tecnologia de produção e controle de que dispõe, de maneira que seja possível estipular um padrão de emissão de efluentes que seja compatível com a capacidade de assimilação do ecossistema representado pela sua circunvizinhança.
  - (C) a empresa deverá instituir um Sistema de Gestão Ambiental independente das demais atividades gerenciais do estabelecimento, que possua a necessária autonomia para garantir que os interesses da gestão de outras áreas técnicas ou administrativas não estabeleçam competição com os objetivos definidos pela política ambiental.
  - (D) a organização deve estabelecer e manter procedimentos para identificar os aspectos ambientais de suas atividades, produtos ou serviços que possam por ela ser controlados e sobre os quais presume-se que ela tenha influência, a fim de determinar aqueles que tenham ou possam ter impacto significativo sobre o meio ambiente.
  - (E) é produtora que as organizações realizem periodicamente, a cargo de sua alta administração, análises críticas do desempenho de seu sistema de gestão ambiental, considerando os relatórios das auditorias que, para preservarem o caráter de independência desejável, não devem ser empreendidas por técnicos identificados ou caracterizados como partes interessadas.

70. O transporte rodoviário, por via pública, de produtos que sejam perigosos, por representarem risco para a saúde de pessoas, para a segurança pública ou para o meio ambiente,
- (A) como os resíduos que não se enquadram nos critérios estabelecidos na Resolução pertinente do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, mas que são abrangidos pela Convenção de Basileia, podem ser transportados como pertencentes à Classe 9.
  - (B) está sujeito ao disposto no artigo 15 da Resolução 413 do CONATRAN, que prescreve que o condutor de veículo transportando produtos perigosos deve transitar em baixa velocidade em vias com piso irregular e em áreas densamente povoadas ou de proteção de mananciais.
  - (C) exige que, de acordo com o Artigo 22 da Resolução ANTT n.º 3.665/11, o condutor de veículo utilizado, além das qualificações e habilitações usuais, conte com aprovação em curso específico para transporte rodoviário de produtos perigosos e em suas atualizações periódicas.
  - (D) deve contemplar a adequada sinalização de carga e embalagens, com o símbolo para o transporte de substâncias perigosas, introduzido na regulamentação por meio da Resolução ANTT n.º 3.632/11, que atende a classificação proposta pela Convenção da Basileia nos números ONU 3770 e ONU 3802.
  - (E) deve considerar a proibição de transportar, simultaneamente, no mesmo veículo ou equipamento de transporte, diferentes produtos perigosos, independentemente de segregação ou estanqueidade, salvo se houver compatibilidade ou se disposto em contrário nas instruções complementares da Resolução n.º 3.644/11.